

Sr. Secretário-Geral de Administração (SGA),

Cuida o presente administrativo dos procedimentos visando a contratação direta por inexigibilidade do software Sistema de Elaboração de Orçamentos de Obra – **SEOBRA e do SEOBRA PLUGIN REVIT**, sob a fiscalização da Coordenadoria de Auditoria de Políticas em Edificações e Patrimônio Público (CAD-OBRAS) do TCE-RJ, que realizou os levantamentos necessários no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e consignou as especificações técnicas, os quantitativos e demais requisitos no Termo de Referência (TR), onde foram expostas também as justificativas, bem como definidas as regras e condições que deverão ser observadas no curso da fase de seleção do fornecedor e durante a execução do futuro contrato.

A solicitação consta na SIE n. CAD-OBRAS0071, de 26/07/2024 (peça eletrônica n. 1).

Após a análise e procedimentos adotados pela **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)** para efetivação da contratação fundamentada no inciso I do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021, peças eletrônicas n. 10 e 27, os autos foram encaminhados à **Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG)**, que em 05/09/2024, procedeu com o bloqueio orçamentário, conforme Nota de Reserva n. 2024NR00133 (peças eletrônicas n.s 29 e 30).

Ato contínuo, a **CPG**, submeteu o processo à Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT) para exame dos aspectos legais, na dicção do § 4º do art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021, tendo àquele órgão de assessoramento jurídico examinado o presente, em 10/09/2024, opinando pela aprovação da contratação direta (Inexigibilidade de Licitação), peça eletrônica n. 31, conforme excerto abaixo:

“... entendemos que o procedimento realizado atendeu a todos os pressupostos legais, razão pela qual se afigura juridicamente dentro dos padrões de legalidade a contratação direta em questão, **restando aprovado por esta Procuradoria-Geral o exame prévio a que se refere o §4º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021**, pelo que **recomendamos o seguimento do feito.**”
– grifo nosso

Outrossim, resta consignado nos autos (peça eletrônica n. 42) a aquiescência da análise jurídica realizada, *in verbis*:

“Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues, que conclui pela regularidade da contratação direta, nos termos do art. 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021.” – grifo nosso

Diante do exposto, considerando a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da **PGT**, **opino** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à:

- i) **CPG**, para emissão de empenho, *pro rata*, em favor da empresa **682SOLLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA-ME**, CNPJ n. 23.674.714/0001-80, no valor de **R\$979,97 (novecentos e setenta e nove reais e noventa e sete centavos)**, para cobrir as despesas no presente exercício financeiro;
- ii) Posteriormente à **CLC**, para formalização do instrumento contratual e adoção das demais providências cabíveis, com a recomendação de revalidação das certidões de regularidade fiscal da futura contratada, caso seja necessário; e
- iii) Ao final, a remessa à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as demais providências de estilo.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos
Assistente
Matr.: 02/004829/0-6

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)¹ e, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **TIPIFICADA**.

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da **Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT)**, peças eletrônicas n.s 31 e 32, **AUTORIZO**, ex vi do inciso VIII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021 e o contido no Ato Executivo n. 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no inciso I do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 e, encaminho os autos a essa Coordenadoria para a emissão de empenho, *pro rata*, a conta do presente exercício financeiro, em favor da empresa abaixo mencionada:

Favorecido	CNPJ	Valor R\$
682 SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA-ME	23.674.714/0001-80	979,97

Posteriormente, solicitamos o encaminhamento do processo à **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, para formalização do instrumento contratual e adoção das demais providências cabíveis, com a recomendação de revalidação das certidões de regularidade fiscal da futura contratada, caso seja necessário.

Ao final, a remessa à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer **em até 10 (dez) dias úteis**, da formalização do referido documento, em observância ao disposto no inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

SGA, na data da assinatura digital.

MARCELO LANGELI CERANTO
Secretário-Geral de Administração
Matrícula n. 02/4345/0-6

¹ [1] Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.